

RIASE

REVISTA IBERO-AMERICANA DE SAÚDE E ENVELHECIMENTO
REVISTA IBERO-AMERICANA DE SALUD Y ENVEJECIMIENTO

EDITORIAL

Maria Gorete Mendonça Reis - Doutora em Enfermagem; Departamento de Enfermagem;
Universidade de Évora

A população do Mundo está a envelhecer; mas, pese embora, muitas vezes, apontado como uma calamidade, por se perspetivarem custos associados ao envelhecimento para os diversos atores sociais, individuais e institucionais tal, não é, em si, um facto negativo. Na verdade, as orientações políticas da ONU e da OMS, entre outras instituições regionais e nacionais, têm-se pautado pela aposta em percursos de vida, marcados por trajetórias de sucesso. Tal situação consubstancia-se nas orientações para o Envelhecimento Ativo onde se identificam os seus pilares ao mesmo tempo que se propõe um modelo teórico que explique o Envelhecimento Ativo. Como pilares colocam-se em pé de igualdade a segurança, a saúde e a participação, deixando-se assim de se analisar o envelhecimento apenas pela perspetiva da saúde. O avanço deste modelo acrescentou um outro pilar, de importância fundamental, que é o da aprendizagem ao longo da vida. Estamos ante uma perspetiva de centralização na pessoa que envelhece, autor de um percurso que é o seu percurso de vida. Naturalmente que os recursos disponíveis para o facilitar são de enorme relevância, porquanto o seu acesso e adequação podem mudar radicalmente a qualidade de vida.

O destaque dado à aprendizagem ao longo da vida pressupõe que a atitude das pessoas seja de abertura ao novo, ao diferente, num movimento constante de adaptação e de busca de equilíbrio entre perdas e ganhos.

Os determinantes são de distinta natureza, como sejam, pessoais, económicos, sociais, comportamentais, de serviços sociais e de saúde, sem esquecer os de ambiente físico, para além dos transversais como o género e a cultura. Percebe-se então que os recursos materiais e humanos podem influenciar os determinantes e modificar a vivência, enquanto idoso. Quebrar preconceitos ou motivar para a adesão a comportamentos mais conformes ao bem-estar e à saúde, são focos de ação profissional. Nesta senda, para comungar esta perspetiva positiva de envelhecer em sociedade, deve colocar-se a formação dos recursos humanos. Aqui se realça o papel ativo da academia, na medida em que esta pode desenvolver projetos de investigação que desvelem áreas desconhecidas e metodologias importantes que facilitem a intervenção profissional, ao mesmo tempo que influenciam a formação de futuros e atuais profissionais.

A par do movimento em prol de um envelhecimento ativo, há mudanças pessoais e sociais, para além do aumento da idade, que conduzem bastas vezes à co-morbidade e à polimedicação. No horizonte, podem desenhar-se processos de fragilidade e de dependência. A prevalência da fragilidade está em crescendo, sendo a síndrome geriátrica comum em pessoas acima dos 80 anos, que acumulam outras situações mórbidas, pelo que um pequeno acontecimento de stress pode provocar a institucionalização ou morte. Os ambientes de cuidados são complexos e, por isso, devem ser monitorizados, para que cumpram o seu papel terapêutico. De tal são exemplo o efeito dos alarmes na segurança dos doentes internados em

unidades de cuidados intensivos; e ainda o desenvolvimento das competências emocionais dos enfermeiros para lidarem com a complexidade. A gestão destas situações pode acontecer em contexto comunitário ou hospitalar, devendo a resposta ser articulada de forma interdisciplinar e intersectorial incluindo os inovadores e a indústria. As respostas exigem-se diferentes, mas adequadas e marcadas pela inovação.

É, então, preciso reformular os programas e as estratégias de intervenção para que os cuidados sejam integrados e os objetivos não sejam apenas pensados a nível de um sector, mas globais, para cujos resultados contribuam os distintos intervenientes. Importa, pois pensar as políticas e programas numa perspetiva sistémica e coordenada onde intervêm diversos setores, num ambiente de parceria.

A par de outras Regiões do Mundo, são preocupações atuais da Região Europeia garantir o direito a uma vida com qualidade a todos os cidadãos seniores, agindo para a convergência, em harmonia, da ação dos vários intervenientes: sector público e privado; cidadãos e prestadores de cuidados; políticos, empreendedores, inovadores e indústria, reconhecendo que são necessárias políticas e programas modelo que possam ser experimentados, monitorizadas, a nível local, e transferíveis para outras realidades.

Reforça-se que a educação ao longo da vida é uma estratégia fundamental para os cidadãos e para os profissionais, porque lidar com respostas tecnológicas obriga à sua literacia digital. As diferenças nos recursos disponíveis é efetiva entre os diversos Estados, gerando iniquidades no acesso a cuidados. No entanto, os esforços para a convergência de políticas que melhorem a qualidade de vida é relevante. A qualidade de vida é um direito da pessoa que deve ser concretizado com a intervenção de diversos agentes.